



---

## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE BELÉM

Ata da 2ª Sessão Ordinária / 26 de junho de 2025

## PREÂMBULO

---Aos **vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco** realizou-se, pelas **vinte e uma horas**, nas instalações do Centro Social de Belém, na Rua 11, Bairro de Belém (Terras do Forno), a **2.ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Belém 2025**, convocada nos termos legais, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- Ponto 1** – Intervenção do público; -----
- Ponto 2** – Período antes da Ordem do Dia; -----
- Ponto 3** – Apreciação e aprovação da ata da reunião de 23/04/2025; -----
- Ponto 4** – Apreciação e ratificação da doação da empresa BIS HS, Lda. – Material Escolar; ---
- Ponto 5** – Apreciação e ratificação do Protocolo de Cooperação entre a Freguesia de Belém e a Escola Secundária Marquês de Pombal para realização de dois estágios de formação em contexto laboral; -----
- Ponto 6** – Apreciação e ratificação da aceitação pela Freguesia de Belém da extensão da aplicação do protocolo de colaboração técnica e financeira com o Fundo Ambiental denominado - Botija de Gás Solidária; -----
- Ponto 7** – Apreciação e ratificação do Protocolo de Estágio Curricular no âmbito da licenciatura em Serviço Social entre a Junta de Freguesia de Belém e o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa – Carolina Vaz Mestre; -----
- Ponto 8** – Apreciação e ratificação do contrato interadministrativo e de cooperação entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Belém com vista à otimização das infraestruturas e recursos ao nível da Higiene Urbana; -----
- Ponto 9** – Informação escrita do Presidente. -----

---A sessão foi presidida por António Pedro da Fonseca Delicado (PSD), e secretariada por Maria Antónia Bairrão Pombo dos Santos Rodrigues Balula Santos (PSD), Primeira Secretária, e Teresa Alvadia (PSD), Segunda Secretária, em substituição de Gabriel Maria Simplício Batista Fernandes (PSD). Além dos elementos que integram a Mesa, compareceram os seguintes Eleitos: -----

- Fernando Manuel Magiolo Magarreiro (PSD)-----
- Samuel Simão Ramos Cerca Serrano (PSD)-----
- Diogo Afonso de Belfort Cerqueira Pereira Henriques (CDS-PP)-----
- Patrícia de Barros do Sacramento Campos (PS)-----
- Tiago Miguel Fernandes Veloso (PS)-----
- Fernanda Maria Bingalinha dos Santos Paredes (PS)-----
- Rita Neves, em substituição de Sandra Sofia Pinto da Costa (PS)-----
- Josué Carlos Marques Caldeira (PCP)-----
- Pedro Ribeiro Ferreira de Lancastre (IL)-----

---Constatada a existência de quórum, a **Presidente da Assembleia de Freguesia** declarou aberta a sessão. -----

## PONTO 1 – Intervenção do público

*- Não se registaram intervenções neste ponto.*

## PONTO 2 – Período antes da ordem do dia

### **--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Permitam-me que dê nota de que recebemos uma carta, que eu pedi para ser distribuída, e que me parece que dá bom início também aqui aos nossos trabalhos desta noite, uma carta do Sr. Patriarca de Lisboa, que nos agradeceu a mensagem endereçada, e que passo a ler – a carta é dirigida à Assembleia de Freguesia de Belém. Dizia, então, o Sr. Cardeal Patriarca:

*“Exmos. Senhores,*

*A minha ausência em Roma e os trabalhos da Conferência Episcopal fizeram com que só agora venha agradecer a vossa mensagem, por ocasião da morte de Sua Santidade, o Papa Francisco.*

*O Papa Francisco tornou claro que a Igreja existe para bem da humanidade, e de cada homem em particular. E a humanidade viu nele um sinal, e reconheceu nele o seu defensor, na pluralidade das religiões e das culturas.*

*A causa da humanidade pode ser a causa de todos nós.*

*Grato por o terdes manifestado,  
Apresento os meus mais respeitosos cumprimentos.”*

E nós, obviamente, retribuímos e agradecemos as palavras do Sr. Cardeal Patriarca.

Temos duas propostas apresentadas pelo PCP, uma proposta de deliberação e uma proposta de moção, e temos também dois projetos de louvor, por parte do PSD e do CDS. São votos de louvor apresentados conjuntamente pelo PSD e pelo CDS.

Se me permitem, eu penso que os deveríamos tratar em separado, também por forma a que a nossa discussão possa ser organizada. Pediria também que fossemos sintéticos, na medida do possível, na discussão, porque também penso que os assuntos são fáceis de endereçar por todos nós aqui, nesta Assembleia, e com facilidade conseguiremos chegar a soluções.

Se me permitem também, começaria por um dos votos de louvor, porque me parece que é um voto de louvor que gerará consenso, e penso que é uma boa forma de começarmos aqui também os nossos trabalhos nesta Assembleia, que é o voto de louvor apresentado pelo PSD e CDS, a propósito da Equipa de Rugby do Belenenses.

**--- Fernando Magarreiro (PSD) ---**

De facto, é um prazer poder dar este louvor ao Belenenses, ao clube da nossa freguesia, que festejou, conquistou o bicampeonato de rugby, algo de assinalar.

**Voto de Louvor** – “Equipa de Rugby do Belenenses” (Anexo 1).

**--- Patrícia Campos (PS) ---**

Queria, realmente, dar nota de que vamos, com certeza, assinar por baixo este voto de louvor, e dar os parabéns à equipa de rugby, e a todos os intervenientes neste processo do rugby do Belenenses. Muitos parabéns pela glória que atingiram, mais este ano.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Queria aproveitar este voto para enaltecer aqui também a conquista da Taça Nacional de Seniores Masculinos, também por outra equipa do Belenenses – neste caso, o basquetebol sub-23 – também conquistada neste mês de junho.

Enfim, obviamente estamos aqui a celebrar um bicampeonato, que é uma marca fundamental do Belenenses, mas não queria deixar de fazer esta menção, porque, efetivamente, o Belenenses tem aqui uma projeção na nossa freguesia que é muito singular.

- Voto de Louvor (PSD/CDS-PP). *Colocado a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.* –

**--- Josué Caldeira (PCP) ---**

Queria mandar saudações a todas as populações que estão hoje sob efeitos da guerra, das guerras injustas, que talvez mereçam uma voz de Belém, nomeadamente para a Belém da Palestina, e deixaria este registo, um bocado à margem, mas, na minha opinião, oportuno, porque na Palestina estamos todos nós, e está tudo.

Sr. Presidente, relativamente à proposta que apresentamos, nós tivemos, nas duas últimas Assembleias de Freguesia, a 18 de dezembro de 2024 e 23 de abril de 2025, a presença da freguesa Bárbara Mendes, que hoje está na sala, e que veio aqui colocar uma questão relativamente ao modo de atuação dos serviços de limpeza.

Quando uma freguesa, ou um freguês, vem à Assembleia de Freguesia duas vezes falar do mesmo assunto, merece a devida atenção, ou reforçada atenção, e mais reforçada atenção quando, da última vez, a Bárbara Mendes se fez acompanhar de um documento proveniente da Provedoria de Justiça.

A organização local do PCP tomou a decisão de ir ao local, de ver as coisas como se passam na realidade. E assim foi, num domingo, dia 15 de maio, fomos, às nove e trinta, nove e quarenta, ao local do parque de estacionamento, falámos com a Bárbara Mendes, falámos com outros utilizadores do parque de estacionamento, e estivemos a observar cerca de uma hora o serviço de limpeza.

O que é que nós vimos? Vimos um serviço de limpeza numa atividade perfeitamente de rotina, perfeitamente normal, perfeitamente programável, perfeitamente previsível, e uma necessidade permanente. O que é que isto interessa? Vimos um serviço que não é nem extraordinário, nem urgente, e urgente para a defesa de pessoas e de bens.

E esta questão é a questão central, isto coloca em confronto esta opção de fazer aquele serviço naquela hora e naquele tempo, com aquilo que está definido na Lei, que todos nós temos de cumprir, e nomeadamente as administrações públicas têm de cumprir.

Uma outra questão que eu também vi é que o nível de ocupação do parque de estacionamento naquele dia era elevadíssimo, 80% dos lugares de estacionamento estavam ocupados, mais de 80%, coisa que eu confirmei na semana seguinte – porque fui lá mais do que uma vez, na altura, e confirmei. Portanto, o nível de ocupação era de 80%.

E portanto, esta questão coloca também em causa o argumento que, creio, a Junta de Freguesia utilizou, de ao sábado ou ao domingo ser mais eficaz o exercício daquela prática.

Estes resultados da nossa observação remetem-nos, com particular atenção, àquilo que a Provedoria de Justiça diz, na resposta que fez à queixa da freguesa. Não subscreve a interpretação da Lei Geral do Ruído apresentada pela Junta de Freguesia de Belém, reafirma que apenas em caso de perigo para a segurança de pessoas e bens se poderão exercer tais atividades ruidosas temporárias, e sugere a alteração daquele modelo.

E portanto, esta questão é uma questão séria. Ela é séria porque põe em causa direitos, garantias e interesses de populações – neste caso, o direito ao descanso e ao sono. Mas, mais importante do que isso – e eu não quero desvalorizar este primeiro interesse, mas mais importante do que isto, a situação sobre a qual nós estamos a trabalhar, e a situação que temos em presença, é uma situação de confronto entre uma opção abusiva da Junta de Freguesia, numa utilização abusiva do Regulamento Geral do Ruído, e que põe em causa o exercício da função administrativa e da função da defesa dos interesses das populações, e pondo em causa liberdades, garantias e interesses das próprias populações – neste caso, dos residentes daquela zona.

E achamos esta situação particularmente séria, porque há aqui espaço para a montagem de um discurso contra, ou de crítica a um serviço público que deve ser protegido.

E portanto, na nossa opinião, partilhamos perfeitamente das várias opiniões que foram aqui citadas, na nossa proposta, utilizando material que a freguesa Bárbara nos disponibilizou – Câmara Municipal, Provedoria de Justiça, todos vão no mesmo sentido. E creio que a Assembleia de Freguesia, nos poderes que tem nesta matéria, deverá tomar uma posição em defesa da Lei, e em defesa e valorização dos serviços prestados pela Junta de Freguesia, obviamente em defesa também dos interesses e das liberdades que as próprias populações e as comunidades locais devem ver cumpridos e preservados.

E portanto, a nossa proposta – eu não a vou ler toda, obviamente – a nossa proposta tem dois pontos deliberativos: 1. Recomendar ao Executivo da Junta de Freguesia o acolhimento da sugestão da Provedoria de Justiça, órgão independente que, nos termos da Constituição, tem por função principal a defesa e promoção dos direitos, liberdades, garantias e interesses legítimos dos cidadãos, assegurando a justiça e a legalidade do exercício dos poderes públicos, e em consequência, é também nossa proposta, 2. Recomendar ao Executivo da Junta de Freguesia a interrupção imediata das atividades de limpeza naquela rua, reprogramando-as para dias úteis, cumprindo, assim, de forma escrupulosa, aquilo que está dito no texto, na letra e no espírito do Regulamento Geral do Ruído.

**--- Diogo Belfort (CDS-PP) ---**

Começar por saudar – para usar uma expressão que o PCP costuma utilizar – saudar a introdução que o PCP fez sobre as guerras injustas. De facto, na Ucrânia não existe uma cidade chamada Belém; existe Jerusalenka, é parecido. Tenho a certeza que, a propósito de guerras injustas, o PCP também se estava a referir à invasão da Rússia sobre o povo da Ucrânia.

E depois, saudar também, obviamente, e com toda a seriedade, e sem nenhuma ironia, o reconhecimento do trabalho, do interesse, do tempo e da dedicação que o PCP deu a este assunto, nomeadamente indo dois fins de semana, ao domingo, lá – e digo isto sem qualquer ironia, que pode extravasar do princípio da minha intervenção.

Mas, não posso deixar de fazer duas notas.

Em relação à Sra. Provedora de Justiça, que muito respeitamos, não deixa de ser, como o PCP bem acolhe, uma sugestão, apenas. E tendo o órgão da Provedoria os poderes e a relevância que tem, e que o PCP aqui apresenta, o PCP diz, e bem, que é apenas uma sugestão. Mas, é uma sugestão perigosa; é uma sugestão perigosa porque o que diz é: se não for por questões essenciais para a proteção de vida e bens, não pode haver limpeza aos sábados e domingos.

E é com isto que eu fico um pouco espantado, porque nós, ao longo dos tempos, percebemos como o PCP, e muitos outros – inclusivamente eu próprio, na minha própria rua – achamos que há muito a fazer pela limpeza urbana em Lisboa – há muito a fazer. Normalmente, o PCP diz duas coisas: saúda as jornadas de luta dos sindicatos que fazem greve à limpeza urbana – tenho a certeza, e agora já não escapa à ironia, tenho a certeza que isso, no pensamento do PCP, trará um dia mais limpeza à cidade; entretanto, são dias e noites, curiosamente perto do ano novo, perto do natal, etc., em que ficamos sem limpeza urbana, mas muito bem, é uma opção ideológica.

E a segunda coisa que o PCP faz é dizer “falta limpeza, é preciso mais investimento, e é preciso mais trabalhadores”. E é claro que, pelos vistos, aqui teríamos de fazer um turno da tarde, ou da noite – um turno da tarde que vai até às vinte e três horas, segundo a Lei do Ruído, o que para os trabalhadores seria mais um turno, seria o turno da noite, porque dentro da preocupação reconhecida ao PCP, suponho que já não considere “entardecer” até às vinte e três horas, como a Lei do Ruído – mas, além do mais, isto levaria a que, quando há um jogo de futebol, quando há um arraial, quando há qualquer evento ou iniciativa que produza, normalmente, mais resíduos

urbanos – ou como se costuma dizer, mais lixo – como não está em causa a saúde, a vida de pessoas e bens, aí não se pode fazer nada.

Há aqui questões, parece-me a mim, que são de bom senso, e são de bom senso de todas as partes, excetuando, reconheço, que uma sugestão de não haver limpeza, a não ser que esteja em causa a vida e a propriedade, parece-me um pouco demais.

Eu gostava de levantar esta questão e estas notas para lhe dizer que nós, de facto, não acompanhamos isto, porque, pelos vistos, ao contrário das intervenções, que também achámos que poderia ser falta de bom senso serem às sete da manhã, pelos vistos foi às nove e quarenta que isso ocorreu, já me parece um módico bom senso aí. Mas, eu acho que tem de haver um pouco de bom senso sobre isto, ou queremos limpeza ou não queremos limpeza. Queremos limpeza e queremos greve? Pronto, é uma opção, eu não acompanho. Queremos limpeza, mas não queremos limpeza aos sábados e aos domingos, e depois das vinte e duas horas, isso é absolutamente extraordinário. Vamos pensar na cidade de Lisboa sem limpeza depois das vinte e duas horas, vamos pensar que queremos os camiões dos resíduos urbanos e da limpeza urbana a que horas, exatamente, só para ficar aqui claro, e como disse o Sr. Presidente, transmitido para todo o mundo, saber a que horas exatamente é que os camiões do lixo podem andar em Lisboa, a recolher lixo, de certeza sem incomodar ninguém. Gostava de saber a sugestão, porque isto é sempre muito bom ser contra tudo, mas, a certa altura, temos de ser a favor de alguma coisa, que não seja só os horários dos trabalhadores, isso já sabemos. Mas, concretamente, a que horas, então, é que podemos fazer isto? Podemos retirar os carros para poder limpar? E a saúde pública? Porque aquilo não é só uma questão de limpar folhas ou papéis; estamos a falar de uma zona ribeirinha. Ou consideramos que é importante, ou consideramos que não é importante haver a limpeza numa zona ribeirinha da cidade.

E portanto, podemos ser contra todo o barulho, contra tudo, mas, então, somos a favor de quê? Preferimos que não se limpe aquela zona? Tenho a certeza que mais do que uma pessoa, ou de uma família – para ser justo – seria contra, naquela zona.

E, já agora, o PCP, que aprovou uma moção na Assembleia Municipal, de saudação às jornadas de luta dos sindicatos da limpeza e dos resíduos urbanos, é que uma das reivindicações dos sindicatos é exatamente a questão dos mapas, e das escalas, e isto poder ser previsível. Escolhemos viver em comunidade, vivemos numa cidade, isto quer dizer alguma coisa, de bom e de mau. E preferimos o quê? Dependendo das queixas, cada família, cada agregado, cada fogo, cada dez, cada vinte, cada bairro? A que horas é que podemos ir a cada sítio?

Eu até acho que a inteligência artificial, se calhar, conseguia fazer uma escala disto – não sei, estas coisas modernas, se calhar deixo aqui mais para a Iniciativa Liberal. Eu percebo que incomode, e incomoda muita coisa também a mim, mas isto é uma parte, isto é um bem coletivo superior, de que eu esperava que um Partido que costuma defender os coletivos perceba que há bens coletivos superiores, como o da saúde pública e da limpeza da cidade.

**--- Presidente do Executivo ---**

---

Bem, eu estive aqui hesitante, se havia de dizer mais alguma coisa, ou não, porque foi tão claro aqui o Diogo Belfort sobre essa matéria. Mas, eu acho que há aqui só algumas coisas que gostaria de frisar.

Primeiro, em política uma pessoa estar a ser teimosa, não tem lógica – pelo menos comigo, não tem lógica. A teimosia não é inteligente. Nós, aqui, não é nenhuma teima, não é nada; estamos aqui a fazer um serviço público, e como tal, temos de prestar um serviço à população, que nos chama por isso, e que nos avalia por isso tudo.

Nesta questão da higiene urbana, é fundamental. Posso dar-vos exemplos: por exemplo, temos ainda gente a menos, agora fizemos um concurso para onze trabalhadores, só vamos conseguir obter quatro, o resto não conseguimos, arranjar pessoas para os quadros de pessoal ficarem completamente cheios. Portanto, temos de ter horários – isto negociado com os sindicatos – posso dar-vos uma ideia: dizem que não é urgente, é claro que é urgente, é tudo urgente neste momento, mas é na recolha, no trabalho noturno, que há bocado falaram, e muito bem, também incomoda imenso os carros, à noite, do lixo, a recolherem os caixotes. E se for durante o dia, não incomoda mais? Ou então com os autocarros a passarem, estamos numa grande cidade.

Agora, para terem uma ideia, nos horários diurnos da higiene urbana, é das oito às onze e meia que eles trabalham, nos dias úteis, e depois, antes disso, têm duas horas extraordinárias, que é das seis às oito da manhã, que já estão praticamente instituídas, porque há sempre necessidade para limpar uma freguesia destas, a estas horas extraordinárias, que podem fazer até aos 60% das respetivas horas. Depois, é das treze às dezasseis e quarenta. E às dezasseis e quarenta acabou o trabalho da higiene urbana. E depois, só à noite, às vinte e três, é que retoma, das vinte e três às cinco da manhã, e depois, duas horas extraordinárias, das cinco às sete. Isto é uma programação que não é fácil.

Aos sábados, é das oito às onze e meia, e das treze às dezasseis e trinta. E depois, aos domingos, é das seis às treze e das treze às dezanove, sem parar. Isto para terem uma ideia de como é que funcionam os horários. Não podemos, como alguém dizia, “por que é que não fazem ao fim da tarde?” Primeiro, ao fim da tarde não existe higiene urbana, a não ser um piquete de urgência para alguma situação que seja mesmo necessária. Depois, porque a própria Lei, o art.º 15.º da Lei do Ruído – e aproveito para dizer aqui ao PCP, não é Decreto-lei n.º 17, é o n.º 9, a Lei do Ruído.

Agora, eu até admito que quem não está metido nisso, de boa fé, até podem estar a errar isto. Mas, sei que estamos na campanha eleitoral, e isto agora é sempre à higiene urbana que se agarra, quando é a campanha eleitoral, e arranjam agora aqui uma causa para este efeito, percebo isso. Realmente, estão a fazer com este afinco, depois de todos os esclarecimentos que já dissemos, e depois de termos referido, preto no branco, claramente visto, porque além de nós não precisarmos da Lei do Ruído, segundo o art.º 15.º da Lei do Ruído, diz que estamos isentos da Lei do Ruído, depois houve uma altura em que quase nos obrigavam a emitirmos nós Lei do Ruído para os nossos carros, e lá passámos também para os nossos carros, para não haver mais dúvidas. Não era a questão de que houvesse dúvidas, mas achavam que ficava melhor. Mas, não é necessário, o art.º 15.º é muito claro.

E é uma coisa engraçada, porque a Lei do Ruído diz que, pronto, estamos isentos, tal e tal, mas temos de ter em conta alguns parâmetros, nomeadamente ao entardecer, que é das vinte às vinte e três, e à noite, das vinte e três às sete da manhã, em que, ao entardecer, é sessenta e qualquer coisa, aquelas medidas especiais dos decibéis, e da noite, que é depois das vinte e três, são sessenta e tal decibéis, um pouco mais do que no entardecer. Mas, é engraçado, não refere nada na manhã.

Mas, mesmo aí, nós temos a competência legal para, a partir das oito da manhã, podermos começar a fazer este trabalho, sabendo que havia pessoas a quem fazia confusão, e podemos também adaptar, mais ou menos, essa situação, nós adaptámos, e estamos a fazer aquilo mais ou menos para o fim da manhã, a meio da manhã de trabalho – porque eles depois vão almoçar às onze e meia. Um pouco antes disso, está-se a fazer esse trabalho naquele sítio, porque havia algumas divergências com algumas pessoas, partindo do princípio de que as pessoas estão de boa fé. Até nisso nós fomos flexíveis.

É evidente, já nem vou falar nos fins de semana que isto me meteu ali, instrumentalizaram uma pessoa da DMAEV, que não sabia daquilo, que não tinha competência para tal, teve de ser advertido pelos seus chefes, porque estava a dar informações erradas – isso está confirmado por escrito, aliás, por parte da Câmara Municipal de Lisboa, que nos pediu desculpa e comunicou isso à polícia.

E por isso mesmo, neste momento, o que acontece naquele caso concreto, nós temos legitimidade para fazer aquele trabalho, tentamos ser rápidos. Foram para a Provedora de Justiça – aliás, não é para a Provedoria de Justiça, é para o Serviço do Provedor de Justiça, como é mais correto de dizer. E o Serviço do Provedor de Justiça deu-nos uma sugestão – aliás, e muito bem, com o máximo respeito que temos, vimos a questão, mas o Serviço do Provedor de Justiça, como é evidente, não percebe nada, tecnicamente, de como é que estas coisas funcionam. Pronto, dá uma sugestão, para quem tem de fazer e que sabe da poda, vimos que essa sugestão, já tínhamos falado naquilo, não tinham a informação toda, pelo que reparámos, mas já tínhamos dado alguma dela, que era suficiente para tomarem em devida nota.

E é o que diz aqui o membro do CDS-PP, Diogo Belfort, quer dizer, às tantas estávamos a mudar, havia uma reclamação numa casa, no 3.º Direito, e depois era no 7.º Esquerdo do prédio do lado, e depois era do outro lado, quer dizer, não fazíamos mais nada.

Por isso mesmo, nós temos de fazer uma atividade, que é um serviço de saúde pública – aliás, isto até está na própria Lei do Ruído, isso está referido também, da saúde pública, está no próprio preâmbulo. E, de facto, temos de zelar por isto. Vivemos numa grande cidade, as atividades de limpeza são um mal menor, porque se nós não limpamos a cidade, como estamos sempre a levar na cabeça, nomeadamente pelo Partido Comunista, que não temos a cidade em condições, depois criamos focos de infeções e de doenças.

E por isso mesmo, para nós é fundamental, com o pessoal que temos, continuarmos a trabalhar. Posso-lhes dizer que até temos estado a fazer *outsourcing* – por exemplo, para outro tipo de atividades ligadas à higiene urbana, por exemplo, nas ervas – porque, realmente, não temos capacidade, sozinhos, para esta freguesia, que é a maior de Lisboa, estarmos a fazer esta atividade, porque precisamos de mais gente, e estamos a tentar recrutar mais gente.

Mas, independentemente disso, estamos a fazer o nosso trabalho. E por isso, uma coisa que é tão clara, é uma Lei – aliás, é um Decreto-lei, a chamada Lei do Ruído. Mas, o art.º 15.º é claríssimo. E eu, às vezes, o que me faz confusão é que nós estamos aqui a falar, e às vezes até parece que estão distraídos, porque isto é tão clarinho, nem é preciso ser jurista, ou sei lá mais o quê, para perceber isto, basta saber ler português, e diz aqui, no n.º 7, que não carece de licença especial de ruído “a) o exercício de atividade ruidosa temporária promovida pelo Município...” – leia-se freguesia em Lisboa – “... ficando sujeita aos valores limites fixados no n.º 5.”

Estes limites fixados no n.º 5 só falam no entardecer e à noite, nem falam na manhã.

Portanto, isto é uma Lei, que está aqui escrita, tenho aqui o Diário da República – aliás, o próprio *site* da Procuradoria Geral da República.

E por isso, é isso que vos digo, há aqui uma grande confusão. Pode haver uma das causas, que é aquela que, neste momento, o Partido Comunista está a tentar aproveitar, estamos perto das eleições, percebemos isso, mas nós estamos aqui a servir o interesse público, e não entramos nestas questões eleitoralistas. Somos responsáveis, e portanto, temos de continuar a ter a nossa atividade, como temos estado a desenvolver, de uma forma responsável, e não embarcamos em eleitoralismos fáceis.

**--- Josué Caldeira (PCP) ---**

Vou pôr de lado o que não me interessa da intervenção do Diogo, houve referências marginais que não interessam, e não vou responder à rotineira ofensa, apoucamento, com que o Sr. Presidente nos brinda.

Eu creio que a freguesa, a Bárbara Mendes, deu a solução ao problema, no último dia em que aqui estive. E ela dizia: “Isto resolve-se com bom senso”. E é isto, isto resolve-se com bom senso. Eu não vou discutir Lei, não vou interpretar leis, todos nós somos adultos, e todos nós sabemos aquilo que está na Lei. E portanto, isto é uma questão de bom senso. E, se calhar, o bom senso vai sair derrotado.

De qualquer forma, gostaria de destacar a forma como a CDU trabalha, e como o PCP trabalha. O PCP não anda aqui a dormir, o PCP não vem às reuniões para vir às reuniões, o PCP trabalha em casa, trabalha nas ruas, trabalha com os coletivos, ouvimos as pessoas. As pessoas, quando vêm aqui falar ao microfone, há pelo menos dois ouvidos que as ouvem – e mais, porque estão aqui mais ativistas da CDU – e a nossa forma de trabalhar é esta: identificamos um problema, avaliamos a natureza do problema, avaliamos a possibilidade da sua solução, estudamos, trabalhamos, investimos o nosso tempo, e vimos aqui com propostas.

E esta proposta é exatamente isto. Esta proposta é igual às dezenas de propostas que nós já aqui trouxemos, todos os meses – ou todas as sessões, se calhar.

Pronto, a proposta pode sair derrotada, eu lamento, mas cá estaremos para continuar.

- Proposta de Deliberação “Pelo ajustamento das atividades de limpeza e de higiene urbana na Rua Fernão Mendes Pinto, realizada pelos serviços da Junta de Freguesia, visando o cumprimento do Regulamento Geral do Ruído” (PCP). *Colocada a votação, foi a mesma rejeitada (votos contra do PSD, CDS-PP e IL, e votos favoráveis do PS e PCP).* -----

**--- Josué Caldeira ---**

Esta proposta tem um conteúdo de felicidade, com algum paradoxo. Nós visitámos a Biblioteca de Belém, integrados num grupo de eleitos do PCP na Assembleia Municipal de Lisboa, e também com o eleito do PCP na Assembleia de Freguesia de Belém, e visitámos as instalações, tivemos conversa com a Diretora da Biblioteca, com alguns coordenadores, e é uma pena as pessoas que estão aqui na sala, e as pessoas que estão na rádio, não terem oportunidade de visualizar as fotografias que esta proposta acompanha. Eu já lá vou às fotografias.

A primeira parte da proposta é uma saudação aos sessenta anos da Biblioteca Municipal de Belém, saudar a sua atividade, saudar o desempenho de todos os trabalhadores da biblioteca, as diretoras, as coordenadoras, os restantes funcionários, saudar também a comunidade de leitores e outras entidades que fazem da Biblioteca de Belém um local de convívio, de cultura, de união, de tolerância e de diferença.

Esta é a parte feliz da proposta, saudar os sessenta anos, e até destacar a importância patrimonial do edifício onde a biblioteca se instala, com uma história bastante interessante, antes de ser biblioteca. Ela foi quase um embrião do Museu de História Natural, foi prédio de rendimento, foi alojamento da aristocracia, a história é muito interessante. Foi comprada em 1962 pela Câmara Municipal de Lisboa, e a 11 de junho de 1965 foi instalada ali aquilo que é hoje a Biblioteca Municipal de Belém.

A Biblioteca Municipal de Belém apresenta gravíssimos problemas infraestruturais – gravíssimos problemas infraestruturais: paredes cheias de humidade, infiltrações, salitre, salitre em cima dos livros, salitre em cima dos DVD's, salitre no chão. A Biblioteca Municipal de Belém tem separadores entre os pisos com vigas de madeira, com um estado de apodrecimento bastante desenvolvido.

E para surpresa nossa, depois da visita que fizemos, em maio, recebemos um telefonema da Diretora a dizer: “Olhe, tenho uma novidade para si. Quando vier cá, eu mostro-lhe.” E a novidade foi que, um dia, quando um trabalhador da biblioteca ia abrir a janela da sala dos bebés e das crianças, cai uma placa de gesso em cima da cabeça do funcionário, do trabalhador.

E portanto, a sala está hoje encerrada ao público, às crianças, e isto motiva a segunda parte da proposta, pela requalificação urgente da Biblioteca Municipal de Belém, por mais e melhores recursos disponíveis. Não se trata apenas da necessidade da requalificação; trata-se, de facto, de recursos, nomeadamente de trabalhadores. A Biblioteca de Belém, à semelhança de outras bibliotecas de Lisboa, abre alternadamente aos fins de semana. Seria interessante termos um daqueles ímanes de cozinha, onde tem “segundas, quartas e sextas, plásticos; quintas e sábados, vidro”. No primeiro sábado e terceiro sábado, a biblioteca abre; no segundo sábado e quarto sábado, a biblioteca fecha.

E portanto, isto dá uma grande instabilidade à própria utilização da biblioteca, e era preciso reforçar, nomeadamente em pessoas, trabalhadores, para que a biblioteca possa assumir e protagonizar, o máximo que pode e oferece.

Curiosamente, se calhar as pessoas não sabem, a Biblioteca de Belém tem uma particularidade, tem uma característica única nas bibliotecas municipais: ela detém um espólio de literatura feminista, a biblioteca tem uma área, uma sala, que tem a designação de “Biblioteca especializada de Ana Castro Osório”, uma feminista portuguesa, e onde tem mais de mil e setecentos títulos dedicados à luta das mulheres, à luta do feminismo, por uma sociedade e um país mais iguais.

Portanto, a nossa proposta tem quatro pontos: saudar os sessenta anos, saudar a comunidade de leitores, utilizadores e entidades parceiras, instar a Câmara Municipal de Lisboa a desenvolver, em tempo oportuno e breve, os trabalhos de requalificação e de modernização do edifício da biblioteca, e um quarto ponto, dotar a Biblioteca Municipal de Belém dos recursos humanos, técnicos e infraestruturais necessários, para que a biblioteca assuma o seu potencial de trabalho.

### **--- Presidente do Executivo ---**

Como sabe, nós somos muito sensíveis a estas matérias. Até há pouco tempo acabámos de fazer uma biblioteca magnífica na nossa Junta de Freguesia também, convido-vos a irem lá.

De qualquer forma, o que eu vos queria dizer era o seguinte: estamos de acordo com estas situações, um pouco difíceis. Mas, também fazemos trabalho de casa, e eu gosto de falar nas questões com precisão. Estas obras necessárias e urgentes já estão previstas – não é preciso estarmos a instar, ou a obrigar alguém a fazer alguma coisa, porque já estão previstas – na Empreitada n.º 7/DMMC/DEM/DMEN/25, “Trabalhos urgentes e prioritários”. Já está previsto. Por que é que havemos de dizer “faça isso”, e tal? Já está previsto, acho que é desnecessário.

Os sessenta anos, é importante, estivemos lá representados nos sessenta anos, acho que isso é importante. Sim, tem lá um acervo importante – aliás, foi no nosso tempo que lá foi posto esse acervo especial sobre o feminismo.

Depois, também gostava de dizer, é um pequeno pormenor, mas quem levou com o gesso na cabeça não foi o funcionário da biblioteca; foi um elemento da segurança. É diferente. É só para saber, eu gosto de dizer as coisas precisas, fazemos todos o trabalho de casa, não foi o

funcionário. A biblioteca tem nove funcionários, um acabou de entrar agora, um técnico superior – tinha oito, agora tem nove, sete técnicos superiores e dois assistentes técnicos.

**--- Patrícia Campos (PS) ---**

Já que o Sr. Presidente referiu que já está prevista a intervenção, quando é que vai ser.

**--- Presidente do Executivo ---**

Não ouviu o que disse? Já está aberta a empreitada, já está neste momento, é a empreitada que eu já referi o nome, a n.º 7, que é para trabalhos urgentes e prioritários. Será muito rapidamente. Os trabalhos urgentes e prioritários são uma empreitada que a Câmara tem especialmente para estas situações. E não vai ser só para esta, vai ser para outras, que também tinham outros problemas.

**--- Josué Caldeira (PCP) ---**

É só uma questão de método, era só para chamar à atenção do Sr. Presidente da Junta, é óbvio que nesta sessão toda a gente pode falar. Eu só queria dizer-lhe o que às vezes sinto. Sr. Presidente, esta Assembleia é a Assembleia de Freguesia, não é a Assembleia da Junta de Freguesia. Portanto, o debate deve centrar-se, nomeadamente nestas áreas de intervenção, e na discussão das propostas da Assembleia de Freguesia, deve centrar-se nos eleitos da Assembleia de Freguesia – deve-se centrar. E eu acho que os elementos do Executivo devem respeitar esta dimensão, e devem deixar os órgãos respirar.

Portanto, eu agradeço a sua intervenção, mas a proposta que eu faço é para os eleitos da Assembleia de Freguesia.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Eu registo a intervenção do Josué Caldeira. Enfim, eu penso que estamos todos a respirar, acho que aqui ninguém está asfixiado, minimamente. E quando solicitamos ao Executivo que intervenha para dar explicações sobre este e aquele ponto, é porque, efetivamente, estamos no exercício da nossa função de fiscalização da atividade do Executivo. É isso que nós aqui estamos a fazer, seja a Oposição, seja a maioria que sustenta a situação.

E portanto, da nossa parte há toda a abertura para ouvir o Executivo da Junta prestar esclarecimentos sobre aqueles pontos que nos interessam. E portanto, parece-me que é isso que estamos a fazer, e se estamos satisfeitos com os esclarecimentos, perfeito.

**--- Presidente do Executivo ---**

Esta Assembleia nunca se podia realizar sem a presença do Presidente da Junta de Freguesia. Não sabe a Legislação, já está cá há muitos anos, devia saber, não é preciso ser jurista para saber isso. Sem o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, ou o seu representante, a Assembleia não se pode realizar, faz parte integrante desta Assembleia. Vocês são os membros da Assembleia, os nossos fiscalizadores, mas eu sou fundamental também, e o Executivo, para a Assembleia poder funcionar em condições.

Era isso que eu queria dizer. E portanto, não me tente condicionar, que eu não aceito isso. Sei que é uma provocação, mas não vou nisso.

**--- Diogo Belfort (CDS-PP) ---**

Uma sugestão à Mesa: eu penso que, se todos concordarem, se dividirmos ao meio, os dois primeiros, e depois os dois segundos, acho que reduzia em 50%, por economia de votações, e levaria ao mesmo resultado.

- Proposta de Deliberação “60.º aniversário da Biblioteca Municipal de Belém” (PCP). *Colocada a votação por pontos deliberativos: Pontos n.º 1 e 2, aprovados por unanimidade; Pontos n.º 3 e 4, rejeitados (votos contra do PSD, CDS-PP e IL, e votos favoráveis do PS e PCP).* -----

**--- Samuel Serrano (PSD) ---**

Este voto de louvor é pela nova e futura Escola Secundária do Restelo, escola onde eu e os meus dois irmãos já frequentámos essa escola, já passámos por lá, fizemos, os três, do sétimo ao décimo segundo ano, e acho que é muito benéfico o que aí vem.

**Voto de Louvor – “Nova Escola Secundária do Restelo” (Anexo 2).**

**--- Pedro Lancastre (IL) ---**

Olhando para este voto de louvor, a mim agrada-me de uma forma, que desde o primeiro dia em que me tornei político – embora amador ainda – eu estou a lutar pelo futuro das nossas crianças. E estou aqui na Freguesia do Restelo há dezasseis anos, e há dezasseis anos que a minha preocupação é esta escola. E quando entrei aqui para esta freguesia, e nomeadamente aqui pela Iniciativa Liberal, sempre foi minha preocupação a escola deixar de ser uma escola provisória, e passar a ser uma escola que possa dar melhores condições às nossas crianças.

De facto, elas são o futuro, serão elas que, daqui a uns anos, estarão aqui.

E portanto, eu vejo este voto de louvor com agrado, espero haver um voto de louvor quando a obra da escola estiver feita, quando, de facto, tivermos uma escola de que os alunos se possam orgulhar, porque nós nos orgulhamos da educação que eles têm, da posição que a escola tem no *ranking* nacional, apesar de todas as condições que tem, e da educação que estão a dar. Eu só lá tenho a minha primeira filha, que fez este ano o décimo ano lá, e está a adorar.

E portanto, agrada-me este voto de louvor, mas quero ver a obra finalizada. E peço ao Executivo, a este e aos futuros, que acompanhem e acelerem o mais possível esta obra, pelo futuro das nossas crianças.

**--- Fernanda Paredes (PS) ---**

Efetivamente, esta é uma obra com um especial relevo para todos nós, porque todos nós temos aqui os nossos filhos a estudar, alguns também já aqui estudaram. E portanto, todos nós sentíamos o quanto eram difíceis as condições que esta escola oferecia para os seus alunos, para

os seus docentes, e em especial com esta nota, da falta do pavilhão e a prática desportiva condigna, e que é própria dos tempos de hoje, e que é necessária aos jovens.

Portanto, esta é uma obra de todos. Aliás, este Executivo já a tinha previsto no seu programa, e nós próprios, do PS, também já desejávamos no nosso programa que assim a mesma acontecesse.

Portanto, vem, mas vem tarde. É uma pena, porque foram gerações perdidas nestas condições. Deveria ter havido um esforço – aliás, ninguém consegue identificar por que é que isto demorou tanto tempo a acontecer, e esta obra a ser realizada.

E, na verdade, ainda estamos num tempo indefinido, porque também ainda não temos a certeza de quando é que esta obra acontece. Efetivamente, houve por parte do Município a capacidade agora para contrair um empréstimo para executar esta obra e outras, há um conjunto de escolas no Município de Lisboa que vão beneficiar destas intervenções.

Os últimos números que eu vi aqui, na apresentação pública que houve dos projetos da escola, foi que seria um investimento na ordem dos 20.000.000€. Estou aqui a ver 55.000.000€, espero que não haja já derrapagem, que é para que a obra aconteça. Mas, o número que foi apresentado na cerimónia de apresentação dos projetos foi de 20.000.000€, sendo que 6.000.000€ seriam agora alocados para o pavilhão, a construção do pavilhão, e para já, para as obras de requalificação da Escola Paula Vicente.

Portanto, estes números aqui presentes assustam, espero que depois haja aqui uma retificação, ou um melhor esclarecimento sobre os mesmos.

Mas, também lembrar que, e como tinha dito inicialmente, esta é uma obra de todos, e que todos pugnam pela mesma. Aliás, o empréstimo que foi contraído pela Câmara Municipal de Lisboa teve a aprovação dos deputados municipais do PS, uma vez que também é verdade que a Câmara Municipal de Lisboa não tinha recorrido ao PRR, e podendo desta forma beneficiar de fundos para esta obra, e outras obras na escola.

Ainda assim, os deputados municipais do PS votaram favoravelmente. E nesse sentido, também é uma obra de todos nós.

E eram estas palavras que aqui queria deixar, desejando que, acima de tudo, agora que foi anunciado o projeto – porque é isso que vemos neste momento – que a obra se concretize, tão breve quanto possível.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Nós vamos dar seguimento atento a esta matéria aqui, em próximas Assembleias de Freguesia, certamente.

**--- Josué Caldeira (PCP) ---**

O PCP, no anterior mandato e neste mandato, tomou várias iniciativas em defesa do investimento e da renovação da Escola Secundária do Restelo, da construção do pavilhão, e até tomámos uma iniciativa, no início deste mandato, da criação de um grupo de trabalho, que procedesse à avaliação das necessidades e das lacunas do parque escolar da freguesia, nomeadamente para identificar o que era necessário fazer para dar resposta àquilo que se avizinhava no início do mandato – porque ainda havia essa expectativa – para dar resposta ao aumento de procura decorrente do projeto de desenvolvimento habitacional, o PACA Alto do Restelo, que traria quatrocentas e poucas famílias, e que iria induzir um aumento de procura.

Esta proposta de criação deste grupo de trabalho foi chumbada por esta maioria desta Assembleia de Freguesia.

Várias iniciativas, creio que na última reunião eu próprio trouxe aqui um ponto de situação e um questionamento ao Executivo, no sentido de tentar perceber o que é que os dados das contas de gerência da SRU e o Orçamento da Câmara Municipal indiciavam relativamente ao atraso da programação e da orçamentação da reabilitação destas três obras – a Escola Secundária do Restelo, Escola Básica Paula Vicente e pavilhão gimnodesportivo da Escola Secundária do Restelo.

Agora temos um voto de louvor a uma decisão. Vamos louvar as decisões. E esta decisão, a opção da construção da Escola Secundária do Restelo é uma opção importantíssima para a nossa freguesia, e é urgente que ela se concretize. A decisão, e a opção de se avançar para uma obra, contará sempre, do PCP, com uma incondicional aprovação e alinhamento.

O que já não contam com o acompanhamento e alinhamento do PCP é transformarem iniciativas deste tipo, a três meses das eleições autárquicas, num palco circense, que assenta numa decisão. Eu também apoiei a decisão de aprovação do PRA Restelo, no final do mandato de Fernando Medina; lamentavelmente, da decisão para a sua concretização, esfumou-se. Mas, eu não quero que este seja o destino desta decisão. Eu quero que esta decisão se cumpra, que nos apresentem calendários e programas de execução, e que se comprometam com estes calendários e com esta decisão, e com esta execução. Isto é o fundamental.

Relativamente aos louvores, e da forma como isto está elaborado, do PCP não irão ter alinhamento, e só espero que este penúltimo parágrafo que aqui está – *“No total, a preços de hoje, o projeto de investimento, de cerca de 55.000.000€, nestas duas escolas, naquilo que é o maior investimento público na nossa freguesia no séc. XXI...”* – eu não sei se isto é já uma decisão de morte do Programa de Desenvolvimento Habitacional, do PACA Restelo, que envolverá, certamente, a preços atuais, 100.000.000€. Espero bem que isto não seja.

Mas, lamento este aproveitamento, lamento o espetáculo que foi aquela apresentação, um bocado confrangedora, na Escola Secundária do Restelo, mas, insisto, o que é importante é a escola concretizar-se, o importante é a obra concretizar-se, o importante é termos escolas capazes de dar resposta à procura atual e à procura futura, decorrente de mais população, e de mais

população residente, nomeadamente no resultado da construção de habitação pública na freguesia.

**--- Fernando Magarreiro (PSD) ---**

É só para tentar esclarecer e tentar perceber o que disse ali a Fernanda, quando disse “vem tarde”. O “vem tarde”, a forma como foi usado, a ideia é que parece que vem tarde porque, enfim, o Executivo atual da Câmara, ou a própria Junta, parece que nos esquecemos, ou não fizemos nada. Não, o “vem tarde”, eu acho que isso é um *mea culpa* do PS, porque o PS teve, recorde, Presidentes como Jorge Sampaio, António Costa, Fernando Medina, e nada aconteceu – nada. E estiveram muitos e muitos anos, o PS, no Governo. O “vem tarde”, presumo que seja um *mea culpa* que foi feito, porque, de facto, foi o Executivo de Carlos Moedas que conseguiu levar isto a bom porto, pelo menos o projeto, e as coisas vão avançar.

Portanto, era só um esclarecimento, porque não gosto que as coisas fiquem assim meio tremidas.

**--- Patrícia Campos (PS) ---**

Eu só queria dar nota de uma coisa: o que este Executivo está a fazer é da sua responsabilidade, como já deveriam ter feito os anteriores. Por isso, o voto de louvor vai para quando a escola estiver realmente construída e houverem condições, que aí é que nós ainda não sabemos quando é. Até lá, eu estudei na Escola Secundária do Restelo sem condições, os meus filhos estudaram na Escola Secundária do Restelo sem condições, e tantas outras crianças e jovens.

Por isso, o voto de louvor será quando a escola estiver concluída e em condições.

**--- Presidente do Executivo ---**

Era só para clarificar aqui uma questão, que eu gostava de clarificar: estes 55.000.000€ é uma verba que está estimada, com base nos projetos que existem, até o de conceção e construção, que é o do gimnodesportivo, que só não foi para a frente ainda porque, como sabem, é uma fase mais rápida, que não é só para o projeto, para o projeto de conceção / construção, estava tudo feito para, naquele dia, fazermos a primeira pedra, já estava tudo alinhado. Até lhes posso dizer, o projeto, na altura, que foi aprovado, e depois houve uma impugnação dele – isso é normal em democracia, nos concursos públicos – foi o Sr. Capela, que é uma pessoa que toda a gente conhece, quem está ligado ao meio, que fez um pavilhão igualzinho a este, que vai ser igual a este – este vai ser igual ao de Marvila. E foi também a pessoa que fez o Pavilhão Atlântico, o MEO Arena. É uma pessoa que é especializada naquele tipo de tetos, naquele tipo de trabalhos, que a Câmara conhece bem, e foi pena haver este contratempo, mas pronto, pelo menos estivemos a mostrar às pessoas o que já está feito, e que esperemos que, em breve, muito em breve, possa avançar.

Posso-vos dizer que tive uma mãe professora, filhos a estudarem na Escola do Restelo, e estive ligado à construção de escolas portuguesas em PALOP's, e depois, aqui, temos uma escola destas, maravilhosa, sem um gimnodesportivo. Batemo-nos muito por isso, e continuamos a bater-nos. E a prova disso é que até pedimos para que as verbas fossem de uma origem diferente. Já temos esta verba devidamente cabimentada, esta da conceção e construção do pavilhão, estão lá

cerca de 5.000.000€. A outra vai ser para a Escola Secundária do Restelo e para a Escola Paula Vicente, os tais 50.000.000€.

Agora, posso-vos dizer que têm origens diferentes. Enquanto nas outras, nos projetos das escolas, vai ter de ser a Câmara a avançar, com grande sacrifício, para tentar depois ser ressarcida pelo Governo, neste momento já temos as verbas na Câmara para este efeito, devidamente cabimentadas. Agora só temos de ver se se resolve esta questão jurídica que existe ali entre o primeiro e o segundo classificados.

Quanto a esta matéria, estamos resolvidos.

É evidente que também não gostei nada de ver o Partido Comunista Português, dois dias depois, a entregar panfletos – foi gastar dinheiro, nisso são pródigos, muito dinheirinho ali para entregar panfletos à porta da escola, a tentar denegrir este trabalho, que agora dizem que apoiam, mas tentaram denegrir esse trabalho – que, aliás, foi apresentado pelo nosso Presidente de Câmara, Carlos Moedas, quando foi lá participar naquela sessão de divulgação do que estamos a fazer neste momento, e que tinha de ser feito por esta base, têm de haver os projetos.

E de maneira que nos orgulhamos muito pelo que está a ser feito, pelo que continua a ser feito. Queríamos que tivesse sido mais rápido, pois queríamos. Agora, de facto, o investimento público, é o maior, porque, como sabe, na parte do investimento da habitação ainda não se sabe qual é a percentagem do público e qual é a percentagem do privado. Eu não acredito que na parte pública se vá gastar este montante naqueles edifícios. Vamos tentar que sejam os privados, seja qual for a modalidade, se são cooperativas, se não são cooperativas, se é PACA, etc.

Bem, não temos quaisquer dúvidas, dos maiores investimentos, por isso é que estamos a dar ênfase a isto, para as pessoas saberem, isto é importante. E não é a Junta que se está a pôr aqui em bicos de pés, é um projeto da Câmara. Claro, ajudámos, com certeza, mas há aqui algo muito importante, que além de ser da Câmara, o Agrupamento de Escolas do Restelo, a Associação de Pais foi magnífica, todas estas entidades foram fundamentais para isso.

Portanto, não devem ter visto com muito bons olhos o Partido Comunista estar a tentar denegrir um trabalho que foi de todos, dois dias seguidos – estiveram no dia seguinte a fazer os panfletos, e depois, no outro dia, a entregarem.

Era só isso que eu queria referir. Agora estão a dizer que estão de acordo, tudo bem, mas tentaram denegrir este trabalho. Somos só nós a puxar sozinhos para um lado, pelos vistos.

**--- João Carvalhosa (Vogal) ---**

Vou tentar só dar aqui algumas notas, e complementando a informação que o Sr. Presidente da Junta já deu.

A Fernanda Santos diz que é um empréstimo para este e para outras escolas, é verdade, isto porque as escolas, quando passaram, no Governo anterior, para os Municípios, não foram

acompanhadas de verbas para a sua reabilitação, tal como foi reconhecido que era necessário fazer. E portanto, está o Governo atual, e o anterior a este, que esteve onze meses em funções, exatamente a tentar tratar desse assunto.

Mas, enquanto – e eu acho que isto também era questão de um voto de louvor, que era merecido pelo PS – enquanto isso não acontece, a Câmara decidiu avançar, para não se perder mais anos à espera de um empréstimo, ou mais tempo, ou mais meses, e portanto, decidiu avançar, com prejuízo próprio, que é fazer um empréstimo que, depois, há de ser pago pelo dinheiro que é por parte do Ministério. Acho que é um grande feito.

Dos 20.000.000€ para os 55.000.000€, enfim, eu acho que a Fernanda sabe perfeitamente de onde é que são os 55.000.000€, e sabe o que é que são os 20.000.000€. O que está na moção é que para o conjunto dessas três obras são 55.000.000€, não diz que é para a Escola Secundária do Restelo, para a obra de requalificação.

E portanto, a Escola Secundária do Restelo são 26.000.000€, o pavilhão são 5.100.000€, a Paula Vicente são 23.600.000€, e nem foi colocada ainda aí a outra intervenção que vai ser feita no Agrupamento de Escolas do Restelo, que é na Escola Manuel Sérgio, onde são mais 6.500.000€.

Portanto, na realidade, em vez de 55.000.000€, são mais de 60.000.000€ que vão ser investidos no Agrupamento de Escolas do Restelo. Acho que é de louvar, embora o PS não ache que seja de louvar.

Quero também esclarecer, até porque tivemos aqui, eu e o Tiago, um bate-boca – salvo seja – no *WhatsApp*, num destes dias, e a Fernanda veio aqui outra vez referir uma coisa que é verdade, sim, a Câmara não se candidatou ao PRR para estas obras, e a questão é muito simples, e era bom que se dissesse isto, porque é fácil dizer estas coisas, para quem ouve, acredita, e pensa “aqueles malandros não se candidataram ao PRR”, mas também quem sabe das coisas – e a Patrícia, que está ao seu lado, sabe bem como é que funcionam estes projetos, e quanto tempo demoram – todos nós sabemos que em 2023 não era possível fazer projetos de escolas com esta dimensão, para mil e trezentos alunos, fazer projeto, fazer, a seguir, concurso, e as obras estarem prontas a 30 de junho de 2026, que é daqui a um ano e quatro dias.

E portanto, era absolutamente impossível candidatar escolas – aliás, nós estamos a ver, e basta ver o caso muito simples desta escola, o projeto da escola foi a concurso no final do ano passado, no final de 2024, e só vai estar concluído, se tudo correr bem, se não houver atrasos, derrapagens, em 2030.

Portanto, o processo de construção de uma escola desta dimensão demora, no mínimo, cinco anos. Acha que não? Aqui, claro, sabe por quê? Eu vou explicar-lhe por quê: porque não é a mesma coisa dizer que fazemos uma escola, ou reabilitamos uma escola, em Freixo de Espada à Cinta, para quarenta alunos, ou fazer uma escola nova no Alto do Restelo, para mil e quinhentos alunos. São processos completamente diferentes. E muitos dos processos que foram submetidos ao PRR das escolas, foram de reabilitação de escolas, ou foram processos que já estavam em

andamento – que já estavam em andamento – pelos Governos anteriores, ou pelos Executivos anteriores, e chegaram a essa fase.

Mas, isso é uma crítica, mais uma vez, como dizia aqui, ao PS, com certeza, porque o Governo era do PS, a Câmara era do PS até final de 2021, e quando este Executivo chegou à Câmara não havia projetos, nem havia nada para avançar. E portanto, teve de se partir tudo do zero.

Portanto, acho que não é correto se dizer que havia projetos para submeter ao PRR, acho que não é. Mas, os senhores terão outra opinião, eu respeito, mas quem trabalha no meio sabe que não se lança projeto, não se lança concurso para fazer projeto, mais um ano para fazer projeto, mais meio ano para fazer novo concurso para a obra, e mais três anos para obra, se somarmos tudo isto, não dá três anos, que era o tempo que havia desde essa altura.

Vou tentar abreviar. O meu caro amigo Josué, eu estava a rir-me, mas obviamente é por simpatia a si, e porque me faz sempre aqui lembrar que o PSD ganha sempre – é verdade, temos visto – mas o PCP ganha sempre. E a moção de há bocado, da biblioteca, era um bocado nesta linha que o Josué referiu logo ao início, que é: o Josué veio pedir para se fazer uma obra, que já sabe que já está aprovada na Câmara, que é para a seguir poder dizer que nós é que propusemos.

Faz-me lembrar um autarca do PCP de uma freguesia vizinha nossa, quando a freguesia ainda era do PCP, que ia às obras que estavam a decorrer na freguesia, que não eram dela, as obras eram da Câmara, e ele ia atrás da equipa das obras a dizer aos moradores: “Viu? Isto é meu, isto fomos nós.” Pronto, enfim.

A questão do PRA do Restelo, e do PACA, eu não percebo por que é que continua. Quer dizer, falamos a escola, e continua a falar do PRA e do PACA, e agora já são 100.000.000€, são provavelmente até mais. Mas, acho que há aqui uma grande confusão sobre as coisas. E portanto, acho que podemos voltar à discussão do PACA, temos todo o gosto, mas falar sobre o pavilhão da escola, e misturar, dizer que o PACA e o PRA – aliás, fala sempre do PRA, não fala do PACA – não está construído, enfim, acho que é...

Para terminar, acho que todos nós registámos o que a Patrícia disse, que o voto de louvor vai para quando a escola estiver construída em condições, isto é a posição do PS. Portanto, em 2030, se Deus quiser, e quem cá estiver – se estivermos nós, ou estejam os próximos – vamos exigir isso ao PS.

**--- Tiago Veloso (PS) ---**

Eu vou ser sintético, até porque não gosto nada de estar a falar com “rodriguinhos”, e depois não falar do que é concreto.

E aqui o voto de louvor também é um pouco isso. Eu vou citar aqui um candidato, que em princípio vai ser vosso candidato aqui num concelho ao lado, vosso candidato do PSD, da IL e do CDS, que diz assim: *“Isaltino Morais acusa o Executivo de Moedas de indefinição e falta de liderança.”*

A falta de liderança e a falta de capacidade de concretizar faz com que um simples anunciar de um projeto seja objeto de louvor, porque não conseguimos louvar a capacidade de decisão, e de avançar, e de fazer, em tudo o resto na cidade. Não há um projeto que possamos dizer que está concretizado, que não tenha sido, ou lançado, ou anunciado, no mandato anterior.

E podemos falar de dois projetos estruturantes nesta freguesia, que realmente iam colocar a freguesia dentro das políticas mais importantes da cidade, de incremento de qualidade de vida na cidade, um na área da mobilidade, como é o LIOS, em que nós não sabemos nada – sabemos isto que Isaltino Morais disse, que está na Câmara por indefinição. E eu gostaria de perguntar, já agora, o que é que a Junta de Freguesia sabe sobre o LIOS, o que é que vai acontecer, o que é que está decidido, qual é que é o problema, quatro anos depois.

A mesma coisa para o PRA, ou para o PACA – o que vocês acharem melhor – porque a Câmara Municipal de Lisboa tem o maior Orçamento de sempre, ano após ano, a maior receita de sempre, ano após ano, e a desculpa que nós temos aqui para o PACA, ou para o PRA – como acharem melhor – habitação para os filhos de Belém, para os filhos da cidade de Lisboa, é que há falta de dinheiro.

E a minha questão aqui é que o voto de louvor, de quê? De se querer avançar com o projeto? De se lançar um projeto de arquitetura?

João Carvalhosa, não foi um bate-boca, foi uma conversa que nós tivemos, tentando, obviamente, esclarecer. Agora, eu trabalho numa autarquia, e eu digo-lhe, um projeto, seis meses – não são cinco anos, seis meses. Uma escola de seiscentas, setecentas crianças, seis meses. Mil e quinhentas, pronto, que vá para um ano. Cinco anos? O PRR foi lançado em 2021, o aviso, de certeza que a Câmara soube seis meses, ou quatro meses antes, pela CCDR, teve mais do que tempo suficiente, se queriam assim avançar com o projeto, para fazer através dos fundos europeus, sem onerar, mais uma vez, a Câmara Municipal.

Mas, tudo bem, é bom, é positivo, esperamos que aconteça. Agora, um voto de louvor por uma decisão de avançar, não há empreitada – não é no caso do pavilhão; no caso do pavilhão, sim senhor, há um prazo, há uma empreitada para ser lançada, ou que foi lançada. Agora, nas escolas, não há nada; há um projeto de arquitetura que foi ganho, um concurso que foi lançado, há um prazo para 2030, em princípio, vamos ver. Quer dizer, um voto de louvor por causa disto... Eu queria um voto de louvor era quando a primeira pedra fosse lançada, e estivesse tudo para ser concretizado.

Por isso, o voto do Partido Socialista terá essa declaração de voto, tanto da intervenção da Fernanda, como da Patrícia, como a minha, que é, obviamente, que nós estamos ao lado de qualquer Câmara, qualquer Executivo, seja da Junta, seja da Câmara Municipal, para avançar com projetos que melhorem a qualidade de vida de quem vive em Belém. Agora, não vamos estar a fazer voto de louvor cada vez que se lança um projeto. É uma boa notícia.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

---

Eu registo que já houve alguma evolução na posição. Eu sou muito parcimonioso na expressão de opiniões, tendo em conta a função, neste momento, como Presidente da Assembleia, mas registo a evolução, porque, há pouco, o voto de louvor seria merecido se a obra fosse concluída, e neste caso, já temos uma evolução para lançamento da primeira pedra, e aí também já pode ser votado o louvor.

Creio que no final do debate vamos todos assentir positivamente, relativamente a esta matéria.

**--- Tiago Veloso (PS) ---**

Sr. Presidente, eu acho que isso, na verdade, para a população que está lá fora, pouco interessa. Para quem pediu síntese na intervenção, acho que foi só uma perda de tempo.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

É a sua opinião. Eu gastei trinta segundos, o Tiago gastou cinco minutos a dizer basicamente o que acabou de dizer.

**--- Josué Caldeira (PCP) ---**

Podem acusar o PCP de várias coisas, eu apenas pedia para não acusarem o PCP de oportunista nas decisões que toma, nas iniciativas que toma. Nós somos, de facto, oportunistas no sentido de não perder uma oportunidade de intervir na defesa dos direitos e da qualidade de vida das populações.

Voto de louvor por esta decisão, eu acompanho o Tiago. E relativamente à não decisão do PRA Restelo, ou do PACA Restelo, e não decisão sobre a resolução dos problemas de transporte na freguesia, e não decisão sobre a construção da ciclovia da Avenida da Índia? Qual é o voto que vão apresentar?

E espero, mas espero mesmo, que as obras da Escola Secundária do Restelo, da Paula Vicente e do pavilhão avancem, assim como avancem todas as obras, de todas as outras escolas necessárias na cidade de Lisboa.

**--- Diogo Belfort (CDS-PP) ---**

Peço imensa desculpa, e com todo o respeito, eu também tinha pedido a palavra e dei indicação à Mesa de que ia prescindir. São onze da noite, estamos no período de antes da ordem do dia, e peço apenas contenção a todos, a bem de que, por muito interessante que seja estarmos a discutir entre espetáculos circenses e distribuição de panfletos, temos uma ordem de trabalhos com mais sete pontos à frente, de questões concretas que a Junta traz para aprovação desta Assembleia, que é o nosso dever, e eu gostava de os ver discutidos.

**--- Presidente do Executivo ---**

É muito rápido.

É oportunista quando convém ser oportunista, está a aproveitar esta questão para falar de tudo o resto, para fazer campanha eleitoral.

**--- João Carvalhosa (Vogal) ---**

O Tiago fala num simples anunciar projetos. Não, felizmente não é isso, porque isso seria *modus operandi* de outros. Não foi um simples anunciar de projeto; foi o lançamento, e posto no terreno o concurso para a escola. Claro que não pode ser posto o concurso para a construção, porque só pode ser feito após este. O PS esteve catorze anos na Câmara e oito anos no Governo, e não o fez. O pavilhão foi alvo de um concurso de conceção / construção, vai avançar a conceção e construção, não vai ter a segunda fase do projeto de obra.

Portanto, não, não foi um anúncio; foi uma decisão e foi um ato. O PS esteve oito anos no Governo e catorze na Câmara, e não o fez. E a Escola Paula Vicente também teve o projeto, para depois, a seguir, ter as obras, e que foi concretizado, e houve concorrentes.

O PS esteve oito anos no Governo e catorze na Câmara, e não o fez.

Já agora, é curioso ver o PS citar o Dr. Isaltino Morais, mas tudo bem.

- Voto de Louvor “Nova Escola Secundária do Restelo” (PSD/CDS-PP). *Colocado a votação, foi o mesmo aprovado por maioria (votos favoráveis do PSD, CDS-PP, IL e de um elemento do PS, e abstenções do PS e PCP -----*

PONTO 3 – Apreciação e aprovação da ata da reunião de 23/04/2025

*Colocada a votação, foi a ata da reunião realizada no dia 23 de abril de 2025 aprovada por unanimidade. -----*

PONTO 4 – Apreciação e ratificação da doação da empresa BIS HS, Lda. –  
Material Escolar

**--- Pedro Lancastre (IL) ---**

É só mesmo uma pergunta: é preciso mesmo ter a discriminação toda, de todos estes elementos que aqui estão? Isto não só para quem escreve, como para quem lê, é uma grande seca – desculpem a expressão, mas é verdade.

Por isso, não basta ter só “doação de diverso material”?

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

Efetivamente, está entre as competências da Assembleia de Freguesia a aceitação de doações, e parece-me que, pese embora possa ser extenso e maçador, por vezes, a verdade é que me parece importante que haja uma discriminação, e penso que é esse o objetivo.

**--- João Carvalhosa (Vogal) ---**

É obrigatório, temos mesmo de o fazer, até porque pode, e há uma valorização, muitas vezes, dos bens. É emitido, por exemplo, um recibo de donativo, tem de haver uma descrição dos bens, e no fundo, eu diria que seria esquisito se fosse uma proposta só a dizer “aceitação de bens doados”. Depois viriam aqui perguntar: “Mas, que bens é que são estes?”

*Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----*

PONTO 5 – Apreciação e ratificação do Protocolo de Cooperação entre a Freguesia de Belém e a Escola Secundária Marquês de Pombal para realização de dois estágios de formação em contexto laboral

**--- Josué Caldeira (PCP) ---**

É um pedido de esclarecimento. É óbvio que não vemos qualquer inconveniente, mas é para perceber se este tipo de estágios, e nomeadamente estes dois, em particular, se já têm afeta a atividade que os jovens vão desenvolver, qual é o serviço que vão fazer, o que é que está previsto, porque no texto não aparece, e é uma curiosidade que temos, para perceber quais as vantagens que isto proporciona, para ter uma informação mais cuidada sobre este ponto.

**--- João Carvalhosa (Vogal) ---**

Os alunos estão neste momento a trabalhar – trabalho, no sentido de que colaboram com toda a Junta – estão mais ligados à área da ação social, e à área que é a área do curso destes dois que vieram, é a área do audiovisual.

*Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----*

PONTO 6 – Apreciação e ratificação da aceitação pela Freguesia de Belém da extensão da aplicação do protocolo de colaboração técnica e financeira com o Fundo Ambiental denominado - Botija de Gás Solidária

**--- Pedro Lancastrre (IL) ---**

Eu li atentamente este documento, e só gostava de saber, estamos a falar de quantas pessoas que têm acesso, ou que tiveram acesso a este fundo, e quantas é que vão ter. Só por uma questão de orçamento, para saber qual é que é o valor a que isto diz respeito, porque eu vejo aqui que são 10€, depois 15€, mas não sei de que número de pessoas é que estamos a falar. Isto depois tem de estar orçamentado, acho que devíamos pelo menos ter aqui uma ideia do valor de que estamos a falar.

Não é por nada, mas é só para saber.

**--- Josué Caldeira (PCP) ---**

Ajudar os pobrezinhos é sempre uma ação e uma opção virtuosa. Eu acho que o segredo é ajudar as pessoas a deixarem de ser pobres.

E isto para referir o seguinte: não é uma matéria de intervenção e de competência da Junta de Freguesia, ou da freguesia, mas, de qualquer forma, o PCP na Assembleia da República tinha apresentado, no Orçamento de 2025, uma proposta que era muito mais extensiva, do ponto de vista social, relativamente a esta matéria. Era a fixação do preço da botija de gás em 20€, no sentido de inverter a pornográfica acumulação de lucros da empresa que vende estes objetos. E esta proposta foi votada contra, nomeadamente pelos Partidos da direita, e também pelo Partido Socialista.

Mas, pronto, lá vamos aprovar, certamente por unanimidade, uma proposta de ajudar o orçamento dos pobrezinhos.

**--- Presidente do Executivo ---**

Bem, nós temos um protocolo, é com base nisso. Neste momento, os apoios para cada pessoa são até 15€, e em 2025 e em 2026, o limite é até 25.000€, definimos o protocolo com a ANAFRE.

De qualquer forma, o conjunto das pessoas que quiserem se candidatar, ou as que se candidatarem – reparem, isto é uma coisa que já vem, aliás, até do Governo do PS, já muito antigo.

**--- João Carvalhosa (Vogal) ---**

Para o Pedro Lancastre, nós não trouxemos, porque não sei exatamente quantos foram beneficiários no projeto anterior, mas podemos dar essa informação – aliás, julgo que está na informação escrita do Presidente.

Deixe-me só dar aqui uma nota rápida, sem querer tornar isto muito político, mas é que eu já ouvi este tipo de expressões da Bancada do PCP, e que eu acho desagradáveis, e acho que são desadequadas. “Apoiar os pobrezinhos é uma coisa virtuosa”, isto é uma frase de desdém para as pessoas que têm dificuldades. Eu já ouvi também aqui nesta Assembleia dizer que apoiar com bens alimentares, e darmos cabazes alimentares, etc., já ouvimos aqui isto, que é uma “caridadezinha”.

Josué, nós não conseguimos mudar o mundo. Podemos fazer muita coisa para o melhorar, mas não conseguimos mudar o mundo. Achar que é caridade, ou ajudar os pobrezinhos é uma coisa virtuosa, eu acho que é desrespeitoso – permita-me, sinceramente – para com as pessoas que, infelizmente, sofrem todos os dias por não terem capacidade financeira, pelas mais diversas razões. E pelas mais diversas razões, não vale a pena estar sempre a culpar as empresas, e o capital, etc.; não, é pelas mais diversas razões. Há pessoas que sofrem muito, por muitas razões, que não têm nada a ver com empresas, ou com capital, e o Josué sabe disso.

**--- Presidente do Executivo ---**

Aliás, é muito fácil para quem tem a barriguinha cheia poder falar dessa forma.

**--- Josué Caldeira (PCP) ---**

Sr. Presidente, sobre esta matéria, os lucros da Galp são 900.000.000€. Os milhões que a Câmara Municipal de Lisboa devolve às famílias mais ricas, com a opção de devolução do IRS, são 270.000.000€, no total, o que totaliza 130.000.000€. É disto que eu estou a falar.

*Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade.* -----

PONTO 7 – Apreciação e ratificação do Protocolo de Estágio Curricular no âmbito da licenciatura em Serviço Social entre a Junta de Freguesia de Belém e o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa  
– Carolina Vaz Mestre

*Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade.* -----

PONTO 8 – Apreciação e ratificação do contrato interadministrativo e de cooperação entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Belém com vista à otimização das infraestruturas e recursos ao nível da Higiene Urbana

**--- Pedro Lancastre (IL) ---**

Já em várias Assembleias a que tenho vindo, e mesmo as que não tenho vindo, vejo estes documentos de transferência de competências da Câmara para a Junta, e vejo aqui mais um, de cerca de 284.000€.

Tenho três questões. A primeira é quem é que vai fazer estas atividades, se são as pessoas atuais da Junta, ou se são novas pessoas – e isso satisfaria ali muito o Partido Comunista, a contratação de novos funcionários públicos.

A segunda questão é se isto deixou de ser competência da Câmara, o que é que as pessoas da Câmara que estavam a fazer isto vão fazer, se está alguma coisa planeada para eles fazerem.

E a terceira questão que eu levanto aqui é, de facto, um bocadinho mais abrangente, que é: nós temos cerca de vinte e oito entidades que tratam da higiene pública em Lisboa – ou seja, a Câmara mais as freguesias. E isso faz com que, muitas vezes, não se perceba quem é que é responsável pelo quê.

Ou seja, para nós, Iniciativa Liberal, está mal gerida esta situação, a nível, tanto da Câmara, como das Juntas. Há confronto de competências entre as duas, chegamos a ver, estar num sítio, num jardim, estão pessoas da Câmara e pessoas da Junta, e cada um limpa a sua parte, e há uma parte que não é limpa, porque ninguém sabe de quem é que é essa competência. Eu já assisti a isso, não aqui em Belém, mas já assisti a isso noutras freguesias.

Mas, uma gestão feita de vinte e oito entidades para gerir a higiene urbana, não me parece que venha a trazer aquilo que nós necessitamos, que é, de facto, uma Lisboa limpa, uma Belém limpa, e que nós nos possamos orgulhar de ter.

Posso só dar uma nota: mais uma vez, em frente à minha casa tenho um descampado que parece o Vietname outra vez. E, se calhar, aquilo é um bocado perigoso, é onde querem construir o PRA ou o PACA, neste momento é capaz de ser um bocado perigoso, com o calor, porque aquilo parece palha ali.

**--- Fernanda Paredes (PS) ---**

Em relação a este contrato, fiquei aqui um bocadinho preocupado, porque vejo aqui 284.000€, espero que não venha aí nenhuma fúria de comprar sopradores, porque senão não se vai aguentar com a barulheira nesta freguesia.

Efetivamente, tenho de acrescentar este comentário, e lamento muito, há pouco, não ter feito esta intervenção em defesa da nossa freguesia, mas as discussões ficam tão extensas que não há oportunidades, muitas vezes, de podermos falar.

Mas, efetivamente, o zelo que se manifesta no parque de estacionamento junto a esta nossa vizinha não é extensível a toda a freguesia. Há muitas queixas na freguesia em relação às questões da limpeza, todos conhecemos, basta passar pelas avenidas, pelas ruas, pelos contentores onde estão depositados à volta muitos resíduos, pelas redes sociais também abundam fotografias a denunciar esta falta de cuidado.

E portanto, eu espero que este possa ser um contributo, este contrato, e esta verba possa ser um contributo para melhorar aqui a situação.

Contudo, Sr. Presidente, eu fiquei preocupada porque li na sua informação – e peço desculpa de não chegarmos a esse ponto ainda, mas aproveito para pedir este esclarecimento, porque na informação do Sr. Presidente diz que o Município de Lisboa está em falta com a Freguesia de Belém, relativamente às transferências dos CDC's. Eu, como li o plural, penso que será de 2019-23, os dois últimos CDC's. E acrescenta: *“Como é uso desde pouco depois do início da reforma administrativa, continuámos a ter de financiar o Município, pois pagamos antes e recebemos depois.”*

E eu gostaria de acrescentar, uma vez que também não tivemos uma intervenção antes da ordem do dia, com a extensão da discussão das moções, se, efetivamente, é por esta razão que muitas das obras e muitas das intervenções que estavam previstas com este CDC, o mais recente, de 2020-23, onde há inúmeras intervenções que estão a fazer falta nesta freguesia, e que até este momento não aconteceram. É por falta de verba, de pagamento, por parte da Câmara Municipal de Lisboa?

E refiro algumas, porque me tocam especialmente, porque já vêm, também neste Executivo, já pelo menos há oito anos, que são as intervenções nos Jardins Gonçalo Ribeiro Telles, na Praça

de Damão, na Praça de Diu, em que essas intervenções persistem em não ser feitas, do Jardim Ducla Soares, a intervenção, por exemplo, no Parque dos Moinhos, uma larga intervenção que estava prevista, com este último CDC, para a melhoria daquele espaço e usufruto da população.

E portanto, a minha questão é se, efetivamente, a Câmara Municipal de Lisboa não lhe está a pagar, Sr. Presidente.

**--- Diogo Belfort (CDS-PP) ---**

Eu confesso que fiquei um pouco surpreendido com esta intervenção do Partido Socialista, primeiro porque expressa preocupação de que, pelos vistos, há uma pessoa que está a ser perseguida com limpeza a mais, porque é isso que se depreende. Ou é azar, ou é perseguição. E portanto, isto parece-me claramente um caso esdrúxulo. E, de facto, aí concordo consigo, se calhar há mais pessoas nesta freguesia que gostariam de ter esse problema, limpeza.

Mas, a parte realmente estranha, para mim, é a posição do Partido Socialista, de concordar com este contrato – e, já agora, o PCP também – porque se formos a ler o contrato, na cláusula sexta, Ponto n.º 2, exige à Junta de Freguesia a limpeza das vias e espaços públicos, que inclui como mínimo durante os sete dias da semana. Ora, ainda há uma hora atrás, os senhores votaram contra haver limpeza sete dias por semana – votaram a favor de um voto que acha que não pode haver limpeza aos sábados, domingos e feriados.

E portanto, como é que estamos? Ou até agora todos os contratos que o PS, seja na Câmara, seja aqui, aprovou, estavam errados, porque incluíam sete dias por semana, ou a posição e o voto, há bocado, que os senhores aprovaram, do PCP, que instava a Junta a não fazer limpeza sete dias por semana, em que é que ficamos? É uma curiosidade apenas, para perceber de que é que estamos a falar. Não estou a querer acusar de incoerência, gostava de ter uma explicação.

**--- Fernanda Paredes (PS) ---**

Eu não disse isso que o Diogo está a dizer, eu não me manifestei sobre este contrato. Não me manifestei sequer ainda, não disse se votava contra, se votava a favor. O que eu disse é que estava preocupada com 284.000€, e se isto se transformaria numa aquisição de sopradores para nos massacrar.

Portanto, aquilo que está a dizer não foi aquilo que eu disse.

Mas, também volto a reafirmar que não há aqui contradição nenhuma, porque volto também ao que já tinha dito noutra Assembleia, isto é uma questão de bom senso. Aquela questão com esta nossa vizinha, tenham paciência, é uma questão de bom senso.

Efetivamente, uma coisa é a Lei, mas eu penso que também o nosso colega Josué, foi isso que também aqui reafirmou, isto é uma questão de bom senso. Temos uma pessoa – e não é só uma, também pelas informações que tenho não será só uma pessoa, mas, efetivamente, também não se compreende como é que o bom senso não impera para resolver este problema.

**--- Josué Caldeira (PCP) ---**

Uma resposta à interpelação do Diogo Belfort. É uma questão de bom senso, e vamos lá ver, pode-se dar as piruetas que se der, misturar tudo, confundir, mas o que discutimos inicialmente era a utilização e a concordância, ou violação do Regime Geral do Ruído. Se as atividades da Junta de Freguesia, quaisquer que elas sejam, violarem a Lei Geral do Ruído, não podem – não é “devem” – não podem ser executadas. Se elas não violarem, podem ser executadas.

Portanto, a questão não é se limpa, se não limpa; a questão é: respeita o Regulamento Geral do Ruído? Respeita? Se não respeita, não pode. Não pode.

Portanto, esse jogo de retórica não ajuda muito o debate.

**--- Diogo Belfort (CDS-PP) ---**

Nós conhecemo-nos aqui, já há alguns anos, o nosso colega Josué Caldeira sabe que mesmo que eu quisesse fazer piruetas, a probabilidade de conseguir era mínima.

Quem está a fazer fogos de artifício retóricos, não sou eu; é quem utiliza expressões e frases que, ou somos sérios e querem dizer alguma coisa, ou votamos aqui só por votar. E o que aqui está escrito é, no voto que o Partido Socialista apoiou e votou favoravelmente – tendo chumbado, e ainda bem, porque senão isto era ilegal, isto que estávamos a votar agora, porque era contra o que tínhamos votado antes – diz: *“Reprogramar definitivamente para dias úteis, cumprindo assim de forma escrupulosa o estabelecido no Regulamento Geral do Ruído.”*

O problema é que o regulamento geral também permite exceções, que a Junta explicou, mas que o PCP e, pelos vistos, o Partido Socialista, não entende. Entende *“reprogramar definitivamente para dias úteis”*. E agora aqui vem dizer que, não senhor, nós somos responsáveis por sete dias por semana. Os senhores acham que não há contradição, e que podem dizer uma coisa às dez e cinco, e outra coisa às onze e meia, e tudo bem. Fica convosco, eu não quero de forma alguma asfixiar o seu direito à opinião ou à incoerência, coisa pela qual o Partido Comunista Português não é normalmente conhecido. Mas, de facto, ou as palavras valem alguma coisa, ou não valem.

O Partido Socialista apoiou isto e votou favoravelmente o seu voto, que diz que deve ser apenas nos dias úteis. E eu noto que agora não levanta a questão de um contrato entre esta Junta e a Câmara Municipal implicar o contrário do que acabaram de votar.

É apenas uma nota, que fico expectante para ver como é que o Partido Socialista vai votar o contrato a seguir.

Eu tenho a certeza – e para terminar, Sr. Presidente – há uma coisa que eu saio daqui hoje a saber: é que, de facto, já estamos em campanha eleitoral, e eu vou ver um cartaz, ou do PS, ou do PCP, a dizer “não queremos limpeza aos fins de semana e feriados”.

**--- Tiago Veloso (PS) ---**

É só uma informação dramática: quem ouvir esta conversa, Diogo, e as suas intervenções, parece que a higiene urbana só é feita com sopradores. Os sopradores não cortam a erva que está aqui na Rua 7, com mais de meio metro de altura. Lamento, os sopradores não são higiene urbana, há outras formas de a fazer, outros horários para a fazer.

As paleiras também. Recomendação; o Executivo depois adapta conforme a recomendação.

**--- Presidente do Executivo ---**

O que eu constato, de facto, há muita gente a precisar aqui de um esclarecimento sobre esta matéria. Não têm de ser especialistas, mas pelo menos conhecer, como nós já conhecemos, porque temos, de facto, esta tarefa já há uns anos.

Só queria, para já, realçar aqui uma matéria: fico muito contente, mas mesmo muito contente, por me darem razão, que, afinal, era uma questão legal – também de bom senso, como é evidente, mas uma questão legal – e uma questão política. Fico muito contente por termos chegado a essa conclusão. E depois, é uma questão de bom senso, que também se deve ter sempre na vida, bom senso. Fiquei muito contente, foi pena aquelas pessoas que estavam aí não terem ouvido isso.

Agora, há um protocolo que existe já há bastante tempo, é um texto dos contratos interadministrativos que eram do PS na Câmara, e que agora são *ipsis verbis*, é a mesma coisa. Foi renovado, é o mesmo, tal e qual, até os sete dias, foi o PS que pôs lá. Estão a ouvir o que eu estou a dizer, não estão? Está lá.

E depois, por quê? Foi o tal contrato em que o PS resolveu dar o triplo a uma freguesia, que era a mais pequena de Lisboa, mas tinha o PS lá como Presidente, Santa Maria Maior, do que à de Belém, que é a maior freguesia de Lisboa. A freguesia mais pequenina teve o triplo da verba da freguesia maior de Lisboa, só para terem uma ideia.

Portanto, estes 284.000€ agora, Santa Maria Maior vai ter o triplo disto. Estão a ver? É rico, o nosso amigo de Santa Maria Maior.

Agora, isto é muito importante porque, mesmo assim, apesar de termos sido francamente prejudicados – foi uma vergonha, na altura, e não pôde ser alterado, sabem por quê? Porque o PS tem maioria na Assembleia Municipal. E se o PS tivesse feito isto, não passava na Assembleia Municipal. Passou-se a mesma coisa, tal e qual, só que enquanto antigamente nós tínhamos 356.000€, mais ou menos, por um ano, agora temos 497.000€, o que não é mau, mas para quem tem 1.500.000€, que é a mais pequena de Lisboa, dói um bocadinho. Aqui somos todos portugueses, eu acho que sim.

Por isso mesmo é que eu gostava de só referir isto aqui, isto é positivo: nós nunca fomos daqueles que deixámos de fazer, a dizer que não há meios. Não, é com os meios que temos que nós trabalhamos, acabou. Mas, quer dizer, realmente, aqueles critérios que foram ao alfaiate, na altura, a dizer que não tínhamos alojamento local, que não tínhamos muitos hotéis, e meteram tudo em Santa Maria Maior e naquelas freguesias lá do centro, esqueceram-se que Belém é a freguesia –

e está determinado por estudos independentes – em que há uma carga maior de pessoas aqui, durante o dia. E essas pessoas é que sujam mesmo isto, vêm os autocarros todos, metem-se pelos jardins todos, a trazer farnéis e a fazer piqueniques, e fica tudo que parece o Bangladesh, no final.

Portanto, vamos ver se nos entendemos. Continuamos a trabalhar, e graças a este contrato, até o próprio Partido Socialista, quando fez isto, achava que devíamos trabalhar sete dias, porque é realista, tem de ser, a limpeza não para. Era isso que eu queria frisar aqui. E quem estiver de boa fé e tenha bom senso, tem de perceber que isto é uma realidade.

**--- João Carvalhosa (Vogal) ---**

Gostava de comentar só algumas coisas que o Pedro Lancastre referiu, acho que é importante, porque é de conteúdo.

Isto é um reforço para as atividades da Junta, em função do acréscimo de pessoas que Lisboa tem – não foi só a nossa freguesia, como o Sr. Presidente acabou de dizer, foram todas as freguesias que tiveram um reforço de verba. E portanto, não há transferências novas da Câmara para a Junta; há é um acréscimo de pessoas, um acréscimo de lixo, e é uma tentativa também de a Câmara ajudar as Juntas a suportarem os custos. E nós, obviamente, com isso conseguimos investir em mais meios, e em mais pessoas, etc.

**--- Presidente do Executivo ---**

Não são só sopradores, são também roçadoras, são também as varredouras mecânicas.

**--- João Carvalhosa (Vogal) ---**

Deixe-me só fazer um comentário àquilo também que o Pedro disse, sobre a questão das competências. Não devemos acreditar em tudo o que se diz, e as competências, especialmente neste caso – eu diria que há outras áreas onde se tenta, depois, às vezes... Mas, especialmente no caso da higiene urbana, e no caso dos espaços verdes, as competências estão bem definidas, os locais estão bem definidos, nós todos sabemos o que é que fazemos. E diria que há uma excelente colaboração entre os serviços da Junta, pelo menos nestas duas áreas – só para referir estas – e os serviços da Câmara Municipal. E devo dizer, isto não tem a ver só com estes Executivos atuais; eu tenho os espaços verdes há muito tempo e, por exemplo, sempre tive uma ótima relação com os espaços verdes da Câmara. E há uma coisa que fazemos uns aos outros, que é ajudar-nos uns aos outros, mesmo quando, às vezes, não é nossa competência.

E portanto, se nós tivermos algum problema na higiene urbana, que seja preciso a Câmara vir reforçar, a Câmara vem, e também acontece o inverso, quando é preciso ajudar a Câmara – e dou um exemplo muito simples: por exemplo, há uns anos – agora, por acaso, já não fazemos isso, não fazemos porque a Câmara não pede, mas há uns anos, por exemplo, por causa das Marchas, e não sei quê, iam varredouras e homens das várias freguesias ajudar a Câmara a limpar a cidade, ou no *Rock in Rio*, nesse tipo de eventos.

Eu diria que há uma excelente relação, e eu não tenho razões de queixa sobre isto. Mas, as coisas estão bem definidas, nós sabemos exatamente onde é que começa um e acaba o outro.

**--- Presidente do Executivo ---**

Quanto à questão dos CDC's, nós estamos a falar aqui da higiene urbana, não é dos espaços verdes. Quanto aos espaços verdes, está a andar muito bem – aliás, todos, vou vendo isto diariamente, começo logo de manhãzinha, depois das orações da manhã, a ver os CDC's. E posso-lhe dizer que já se devia ter iniciado, há uns dias, estão a iniciar-se as obras na Praça de Damão. Só que, na altura, a orçamentação foi um pouco diferente, isto é muito mais, são cerca de 60.000€, salvo erro. E por isso, não se conseguiu ir, para já, para a Praça de Diu e para a Praça de Malaca, mas vamos fazer a Praça de Damão. As outras duas terão de ser depois, se calhar.

Mas, não tem nada a ver com esta, nem podíamos ir para os espaços verdes com esta verba, atenção. Eu queria frisar bem isso, são coisas distintas.

**--- João Carvalhosa (Vogal) ---**

O Sr. Presidente já disse, é porque, de facto, também acho que é importante nós sabermos isto, porque isto, às vezes, dificulta o trabalho de todos, ou a programação. A informação que nós, na Junta, sempre tivemos, por exemplo – não sei se já disse isto aqui – é que os projetos de requalificação das quatro praças da Rua D. Francisco de Almeida existiam na Câmara. E quando nós fomos ter com a Câmara, a dizer que temos aqui um CDC, passem para cá os projetos, não havia. Afinal, aquilo que se dizia, não havia.

E portanto, a Câmara teve de ir fazer os projetos, e fez os projetos, e eu acho que isto é uma coisa positiva, não havia projetos, e agora temos projetos para as três praças que faltam. Mas, a consequência disso foi que, de facto, o projeto da Praça de Damão são 65.000€, mais IVA, e das outras duas praças, uma é, se não estou em erro, 90.000€, e outra 95.000€, mais IVA. Para essas duas já não conseguimos ir, inclusivamente solicitámos reforço de verba à Câmara, mas, obviamente, não é possível. E portanto, será no próximo mandato.

**--- Presidente do Executivo ---**

E só complementar aqui uma questão: e também vos posso dizer que já começou a obra do *Skate Park*, que é o primeiro *Skate Park* feito em Lisboa, está neste momento a ser feito, vai demorar uns dois meses. E também o Parque Ativo, que vai ser um grande investimento, algumas centenas de milhares de euros. Não fui confirmar hoje se já tinham começado o trabalho, ou não, mas, quer dizer, se não foi hoje, vai ser amanhã ou depois de amanhã, para começar essa grande obra, que não é de CDC's, é a Câmara que vai fazer aquilo. Faltava a verba para a montagem, já tínhamos os aparelhos há muito tempo, e agora, finalmente, conseguiu verba para a montagem. Vai ser um facto também, e vai ficar muito bem ali na zona ribeirinha.

E quanto aos CDC's, até ao final do mandato falaremos, estão a correr muito bem.

**--- João Carvalhosa (Vogal) ---**

Só para acabar, e não é uma provocação, mas esta questão do bom senso, é claro que é desejável para todos. Mas, só para dar um exemplo, às vezes, destas questões do bom senso: no sábado passado, os senhores da empresa de jardinagem ligaram-me, no sábado, às onze da manhã, a dizer: “Os nossos funcionários estão a limpar o Jardim Ducla Soares, e temos um senhor lá que não os deixa limpar”. Eram onze da manhã, no meio do Jardim Ducla Soares, não há vivendas à volta, e o senhor dizia que não era hora para eles estarem ali a fazer aquele barulho. E portanto, façam o favor de parar e ir embora. E eu tive de ir lá, já não apanhei o senhor.

Mas, tal como noutra dia, estávamos a podar árvores, e tínhamos um senhor a dizer: “Os senhores não tocam nas árvores”.

Portanto, não é fácil, o bom senso.

*Colocado a votação, foi este ponto aprovado por maioria, (votos favoráveis do PSD, CDS-PP e PS, e abstenções da IL e PCP). -----*

#### PONTO 9 – Informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia

##### **--- Patrícia Campos (PS) ---**

Eu peço desculpa de trazer aqui este tema, se calhar nesta hora, era para ter sido no período de antes da ordem do dia, mas, realmente, já foi muito extensa. Mas, é um pedido ao Executivo da Junta, que tem a ver com questões de segurança, devido à falta de sinalização horizontal que se vive na nossa freguesia, nomeadamente na Rua de Belém.

É uma rua que eu atravesso frequentemente, a rua foi pavimentada, felizmente, mas foi pavimentada há algumas semanas, e as pessoas não sabem onde é que hão de atravessar a rua, muitos deles são estrangeiros, e por isso, as pessoas andam a vaguear pela estrada – que, aliás, é uma situação que se está a tornar muito perigosa, e é uma situação que se tem vindo a arrastar.

E não é só na Rua de Belém; é na Ilha da Madeira, etc.

E depois, fazer um pedido, que eu acho que todos subscrevemos – e isto não tem nada de político – que é uma forcinha junto da Câmara para pavimentar as nossas estradas, que estão uma desgraça, e parecem o Bangladesh, se não pior, e muitas delas. A bem dos nossos carros, a bem das nossas saúdes, porque, realmente, estão uma desgraça.

São só estas duas situações.

##### **--- Presidente do Executivo ---**

Dar uma informação só.

Tem toda a razão nesse aspeto, ainda hoje passei pela Rua de Belém e senti isso. No entanto, posso dizer-lhe que está prevista a pintura das passadeiras até ao fim da próxima semana, na Rua

---

de Belém. Mas, ainda queremos continuar, depois, na Rua Bartolomeu Dias e na Rua de Pedrouços, temos coisas muito importantes aí para pintar, uma empreitada que temos de fazer. Mas, pelo que me dizem, hoje ficou previsto já que até ao final da próxima semana temos, pelo menos, a Rua de Belém. E estamos a ver isto com a Câmara, depois temos de arranjar uma empreitada também para fazermos outro tipo de situações.

Mas, isso é verdade.

Quanto à pavimentação, sim, há algumas que precisam de um tratamento mais urgente também. Estamos sempre atentos, quando vemos assim um buraco ou outro mais difícil, nós também tentamos resolver essa situação; se não, alertamos para a Unidade de Intervenção Territorial da Câmara, para resolverem esse assunto.

### ENCERRAMENTO DA SESSÃO

---Nos termos e para os efeitos do art.º 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no n.º 4 do art.º 29.º do Regimento da Assembleia de Freguesia de Belém, foi feita a leitura da Minuta da Ata da 2.ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Belém 2025 pelo Presidente da Assembleia de Freguesia e colocada a votação, tendo esta sido **aprovada** por unanimidade e assinada pelos membros da Mesa, com a finalidade de conferir eficácia imediata às deliberações aprovadas. -----

---Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada por todos os elementos que compuseram a Mesa da Assembleia. -----

.....  
Presidente da Assembleia de Freguesia

.....  
1º Secretário

.....  
2ª Secretária